

**IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL – IELB**  
**COMISSÃO DE TEOLOGIA E RELAÇÕES ECLESIAIS – CTRE**  
**DO MINISTÉRIO PASTORAL – CHAMADO E PRÁTICAS**  
**MOÇÃO**

Por solicitação do presidente da IELB, a CTRE se debruçou sobre este tema e, após estudos, vem propor esta moção.

CONSIDERANDO QUE:

1. Não temos dúvidas quanto as nossas posições doutrinárias a respeito do ministério e chamado pastoral, cujo documento produzido pela CTRE foi aprovado em Convenção Nacional de 1998 e publicado. Focamos nossas atenções a práticas do chamado pastoral e suas implicações, buscando adequações que atendam às expectativas e anseios que a IELB manifesta.
2. É necessário rever os critérios de licenciamento e retorno dos pastores ao ministério pastoral, evitando que este instrumento possa servir para acomodar várias situações, podendo ser utilizado de maneira imprópria.
3. Se faz necessário olhar com mais atenção para as diversas diaconias e capelanias como instrumentos eficazes de apoio aos trabalhos congregacionais e organizações cristãs, suprimindo as suas necessidades e contribuindo sadiamente para o crescimento da igreja.
4. Diante destas situações, o atual Regimento da IELB contém algumas orientações que atendem a determinadas situações e acomodações que não se mostram saudáveis nas práticas da boa decência e ordem.
5. Sempre se deve reforçar o princípio de que a autoridade que o chamado impõe não é humana, não pertence ao pastor e também não à congregação/paróquia e sim ao serviço do Evangelho de Cristo.
6. Nos deparamos com muitas situações nas quais o ministério passa por dificuldades, por diversos motivos, nas quais a permanência do pastor pode não ser mais produtiva.

Na redação do Considerando 6 consta o seguinte: “Nos deparamos com muitas situações nas quais o ministério passa por dificuldades, por diversos motivos, nas quais a permanência do pastor pode não ser mais produtiva”.

Observação: O que vem a ser isso? Quando é “produtiva” ou não mais? O pastor encontra-se sob a autoridade do Evangelho de Jesus Cristo. Por isso, cabe ao ministro examinar sua situação pessoal e familiar constantemente e também ao receber um novo chamado, a partir da pergunta séria e honesta: em tal e tal situação, posso servir da melhor forma possível no trabalho que tenho ou para o qual estou sendo chamado? Quem tem que

“produzir” é o Evangelho a partir da ação do Espírito Santo e não o pastor. Há grande mistura e confusão no imaginário do nosso povo da Igreja, atribuindo muito da “produção” ao pastor e não considerando onde que realmente se encontra a “*dýnamis*” (poder) que faz produzir: o Evangelho, poder de Deus, poder pela ação do Espírito Santo. Em razão disso, a CTRE entende que a palavra “produtiva” deva ser substituída por “aconselhável”.

7. Estar sem chamado, mas sendo pastor licenciado, por exemplo, dentro do prazo previsto, o que lhe é permitido exercer junto à congregação e ou IELB?

#### **PROPOMOS:**

- 01) Excluir do Regimento a palavra comissionamento, considerando todas as situações como chamado por tempo indeterminado, exceto em casos especiais por tempo determinado, estes chamados (por tempo determinado) expedidos pela presidência da IELB junto com a DN e, compreendidos também nesta orientação, os chamados de professores do seminário e os capelães.

No propomos 1 aparece a expressão “chamado por tempo determinado”, a qual gerou acaloradas manifestações da parte do plenário. Por isso, manifestamo-nos da seguinte maneira: Dentre os autores consultados, raramente encontraremos defensores do chamado por tempo determinado. Parece ter sido consenso entre muitos de nossos teólogos a não-delimitação de tempo para o chamado. O Dr. Vilson Scholz preparou um parecer sobre o “chamado temporário”, já antes da última Convenção Nacional. É um documento rico na menção de fontes que se manifestam sobre o assunto. Lá consta que a tese geralmente defendida por aqueles que se opõem ao chamado temporário é mais ou menos esta: Se Deus é aquele que de fato chama pregadores, então as congregações são apenas instrumentos para selecionar as pessoas para o trabalho ao qual o Senhor os chamou (At 13.2). Tendo acontecido isso, o pregador está no Ofício e no serviço de Deus e nenhuma criatura pode destruir (tirar o Ofício, Amt) ou demitir o servo de Deus, a não ser que se possa comprovar que o próprio Deus o destituiu e demitiu (Jr 15.19 comparado com Os 4.6). Nesses casos não é a congregação quem propriamente destituiu ou demite o pregador; ela apenas executa a destituição e demissão de Deus que se evidenciou. Em não acontecendo isso e a congregação assim mesmo destituir ou demitir o seu pastor, ela, que é instrumento, se transforma em senhor do ofício (Mt 23.8 comparado com 2Tm 4.2,3) e usurpa o domínio e a administração de Deus.

Walther, depois de citar uma carta de Lutero, também cita outros teólogos, entre eles, Ludwig Hartmann. Este argumenta que, por trás de um chamado temporário, existem considerações ou

opiniões caruais do tipo: “Se a coisa não der certo, a gente consegue se safar sem maiores problemas”. Tais considerações deveriam ser afastadas. Hartmann também adverte que pastores que aceitam chamados em tais condições poderão não desempenhar seu ministério com empenho e fidelidade, mas passarão a ser bajuladores e dirão aquilo que agrada às pessoas.

Um documento da CTRE da LCMS (setembro de 1981) declara que não existe evidência escriturística que indique que todos os chamados devam ser necessariamente permanentes e sem tempo determinando. Cita como exemplo os chamados para as universidades e Seminários do Sínodo. No final do documento, porém, faz a observação de que “a natureza do ministério como continuação do apostolado e como um chamado de Deus faz entender que os chamados são geralmente não limitados por tempo”.

Seguem algumas conclusões do Dr. Vilson Scholz:

- As Escrituras não permitem afirmar que sempre é errado limitar temporalmente um chamado. Embora a Escritura pareça indicar que, na igreja apostólica, o apóstolo, e não o povo, determinava quanto tempo devia pregar em algum lugar (Lc 9.4,5) e que a eleição dos bispos e presbíteros tinha caráter vitalício, não há indícios de que, em razão disso, todos os chamados tenham de ser por tempo indeterminado.
- Por isso, o “chamado temporário” é uma questão aberta, onde se aplica o princípio de que “tudo o que não é proibido é lícito”. À luz disso, um professor do Seminário é chamado por tempo determinado.
- A praxe da Igreja Luterana, principalmente no Sínodo de Missouri, tem sido a não-limitação temporal do chamado como regra.
- Na série *Confessional Lutheran Dogmatics*, vol. IX, p. 158, Kurt Marquardt afirma que a demissão de um pastor, não sendo por motivos bíblicos, é uma contradição, pois é dizer assim para um pastor: “Deus quer o senhor aqui neste momento, mas também quer que daqui a três anos o senhor saia, a menos que nós queiramos que o senhor fique mais três anos”. Por isso, segundo o autor, a não ser que o chamado seja de caráter temporário por natureza, como, por exemplo, em uma capelania, sua limitação sem uma necessidade intrínseca sempre será questionável, pois

poderá franquear ao povo que chama a possibilidade de demitir o pastor a seu bel-prazer, sem apoio de motivos bíblicos.

- O chamado pastoral, é verdade, tem muito de contrato de trabalho. Inscreve-se, portanto, no regimento da mão esquerda de Deus. Agora, é também mais do que um contrato. É um chamado para o ministério do Senhor através do *rite vocatus* (que envolve eleição pelo povo e confirmação da parte de bispos; Tractatus, 7). Assim sendo, a maneira como se administra essa questão confirma ou desmente o conceito de ministério que se tem. Em outras palavras, não se pode em nome do regimento da mão esquerda de Deus desmentir o que se afirma no regimento da mão direita.
- As funções do ministério estão claramente definidas no Artigo V da CA. Resta saber se a limitação do chamado em termos de tempo não opera com um novo conceito de ministério centrado na eficiência, poder de mobilização, etc., e não tanto em fidelidade na pregação e na administração dos sacramentos.
- A limitação temporal do chamado, adotada por princípio, tende a estimular a velha natureza, tanto do pastor quanto da congregação. O pastor, se interessado em ver seu “contrato” renovado, pode facilmente se tornar um bajulador de homens ao invés de ser um fiel servo de Cristo (1Pe 5.2-4; Hb 13.17), e a congregação pode se sentir estimulada a não honrar seu guia espiritual como convém (1Ts 5.12,13; 1Tm 5.17), por saber que “se verá livre” do mesmo em pouco tempo.
- Pela limitação temporal do chamado, procura-se, por via da lei, resolver, ou, a menos, estabelecer um mecanismo de solução de problemas que requerem uma evangélica “*consolatio fratrum*”.
- A Escritura Sagrada estimula a admoestação mútua. Vista no sentido congregação-pastor, tal admoestação pode perfeitamente incluir uma avaliação, sem que se tenha que recorrer ao expediente da limitação temporal do chamado.  
Conclusão: embora a limitação temporal do chamado seja lícita e possível, há razões que apontam para a não-conveniência de tal prática. Há outros dispositivos sancionados pela Escritura que ajudam a solucionar as questões que se resolvem pela delimitação temporal do chamado.

02) Suprimir o parágrafo do regimento que prevê que o pastor poderá ser entrevistado pela congregação que o chama para conhecimento mútuo, uma vez que isto pode ocorrer sem que conste em regimento.

- 03) Incluir no texto do regimento, no Art. 90, a possibilidade de: comprovada a incompetência para a função, passividade, falta de projetos, acomodação ou evidente desgaste no relacionamento, o pastor poderá ser destituído do seu ministério, após as devidas tratativas.

No propomos 3 lemos: “incluir no texto do regimento, no Art. 90, a possibilidade de: comprovada a incompetência para a função, passividade, falta de projetos, acomodação ou evidente desgaste no relacionamento, o pastor poderá ser destituído do seu ministério, após as devidas tratativas”. A respeito desta proposta, cabe refletir sobre o seguinte:

- Regimento da IELB, Artigo 90 apresenta os motivos para a demissão de um pastor: Recusa de cooperação com a IELB; negligência comprovada de suas funções, não cumprimento de preceitos regulamentares; profissão de doutrina falsa; conduta indigna; comprovada incompetência para a função. É possível receber motivos relacionados à Escritura Sagrada e à instituição da IELB.

À instituição: recusa de cooperação com a IELB e não cumprimento dos preceitos regulamentares. Os demais estão relacionados com o que a Escritura prescreve para os pastores. Há, portanto, sobreposição de dois motivos. O quem vem a ser “conduta indigna”? Apenas manchas morais ou também a negligência comprovada das funções? Esta última enquadra-se muito bem em “conduta indigna”. Na carta a Tito 1.6, Paulo afirma que o bispo, entre outras qualificações, deve ser “irrepreensível” (“*anégkleetos*”), cujo sentido é: alguém que não pode ser acusado de nada que seja errado, livre de acusação. O negligente com seus deveres ministeriais, o preguiçoso, o irresponsável e leviano diante da grandeza do Ofício, não estará apresentando também uma “conduta indigna”?

- Moção 2 propõe incluir no texto do Regimento, no Artigo 90, a possibilidade de “falta de projetos” como possível motivo para destituição do ministério. Um regimento não pode deixar de ser claro, pois se isso não acontecer dá margem aos casuísmos. “Falta de projetos” não diz nada. É expressão muito vaga. O que são “projetos” no Ofício do Ministério? Por isso, não cabe no Regimento. Outro motivo seria a “acomodação”. Mas qual o critério para taxar um pastor de “acomodado”? Talvez possa ser aquele que se contenta apenas com o mínimo do seu Ofício. Mas o que vem a ser esse “mínimo”? O acomodado, biblicamente falando, é aquele que está sentado sobre o Ofício, porém não cumpre com o que o Ofício requer. Se for assim, entrará na classificação de “negligente”, o que está muito mais próximo da qualificação exigida pelo apóstolo Paulo. Por exemplo, um pastor

mais idoso ou com limitações físicas, mas fiel na pregação, no ensino, na visitação, na administração dos sacramentos, poderia ser taxado de “acomodado” se não apresentar “novos projetos”? Ou será que Jesus deixará de falar por meio dele?

Outra razão para a destituição que é muito enigmática é o “evidente desgaste no relacionamento”. Sem negar a possibilidade de sua existência até por motivos compreensíveis, fica, contudo, a pergunta: o desgaste no relacionamento foi provocado por qual motivo? Não podemos esquecer que a pregação da Palavra poderá causar divisões e provocar hostilidade ou antipatia de quem a recebe do pastor. Certamente que razões meramente humanas, indesejáveis, é verdade, mas possíveis por causa de nossa natureza pecaminosa, poderão provocar desgastes no relacionamento. Mas onde fica o poder do *“mutuum colloquium et consolatio fratrum”* na tratativa dos desgastes de relacionamento? Em nosso contexto, a iniciativa precisa partir do pastor. Dificilmente algum congregado fará a frente e procurará o seu pastor para o *“mutuum colloquium et consolatio fratrum”*. Importante não desconhecer que o objetivo de tal atitude nunca será procurar o maior ou menos culpado no caso, porém, em amor chegar a um consenso que não fira a ninguém e sirva à edificação da igreja. É possível, portanto, afirmar que não há razão para a inclusão no Regimento de novos motivos para a demissão do pastor. Os atuais são mais do que suficientes. Uns, porque são bíblicos; outros, porque, no nosso caso, os pastores pertencem a uma instituição eclesiástica que, para existir, precisa definir formas de se organizar e agir. Ora, quem aceita ser pastor de tal instituição, nada menos se espera do que a submissão às decisões tomadas pelos seus órgãos competentes.

- 04) Recomenda-se que o período mínimo de permanência de um pastor numa congregação deveria ser de cinco anos, salvo quando houver uma situação especial, em que o pastor deverá buscar o envolvimento/conselho do presidente da IELB, em entendimento com o Conselheiro Distrital.

Parecer da Comissão de Moções referente ao Propomos 4, assim aparece: “Incluir novo artigo no Regimento, recomendando que o período mínimo de permanência de um pastor numa congregação deveria ser de cinco anos, salvo quando houver uma situação especial, em que o pastor deverá buscar o envolvimento/conselho do presidente da IELB, em entendimento com o Conselheiro Distrital”. São necessárias algumas considerações em relação à proposta.

a) A proposta expõe a grande preocupação da Igreja com o pouco tempo de atuação de alguns pastores nos locais para os quais são chamados. Sem entrar em discussão sobre razões para tal situação hoje existente, a CTRE se mostra solidária à Igreja nessa preocupação, visto que, em muitos casos, as consequências da breve permanência de um pastor no local onde atua contrariam as expectativas de uma paróquia/congregação referente ao trabalho do pastor chamado. Há, por isso, grande probabilidade de prejuízo ao trabalho naquele local.

b) Sobre o período mínimo de permanência de um pastor numa congregação ser de cinco anos, embora não haja um estudo científico que garanta a legitimidade de tal sugestão, parece haver um consenso na Igreja de que se trata de um tempo razoável. Por isso, a CTRE aprova a permanência da sugestão.

c) A comissão de Moções propõe incluir novo artigo no Regimento, “recomendando que o período mínimo ...”. Visto que um regimento legisla, uma “recomendação” perde força, pois não se constitui em lei. O mérito da proposta, portanto, não se mantém como razão para se constituir em novo artigo no Regimento.

d) Diante da proposta que surge de um clamor da Igreja, a CTRE não considera prudente apenas não recomendar sua inclusão no Regimento. Um clamor da Igreja não pode ser ignorado, ainda mais quando afeta a menina dos olhos da Igreja, o seu ministério pastoral. Por isso, mesmo não de acordo com a inclusão da recomendação no Regimento, a CTRE propõe à Diretoria Nacional da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, que promova ações que venham ao encontro desse clamor da Igreja, não de forma investigativa e condenatória, porém, movidas por amorosas preocupações junto a pastores e congregações, dentro do mais puro espírito da *consolatio fratrum*. A CTRE entende que ações desse teor possam ser mais eficazes do que simplesmente a força da lei regimental.

- 05) Suprimir do regimento o termo pastor ativo, substituindo-o sempre por pastor.
- 06) Nova redação para o Art. 83 – É considerado pastor da IELB aquele que estiver atuando em função pastoral, mediante chamado regular, aquele que ingressar no rol de pastores eméritos e aquele que se encontra em período de estudos para aperfeiçoamento ministerial com a autorização da DN.
- 07) Nova redação para o Art. 86 - O pastor, após deixar o exercício do seu ministério pastoral, será homenageado pela IELB, com o título de Pastor Emérito.

Parágrafo único – O Pastor Emérito poderá officiar, a convite de alguma congregação ou organização cristã, ou ainda receber chamado para trabalhos especiais.

- 08) A supressão no regimento da opção de licenciamento pastoral, somente permitindo o retorno ao ministério através da Comissão de Colóquio. Após 4 (quatro) anos sem chamado, o pastor é excluído do rol de pastores da IELB. Se desejar retornar após este prazo, deverá cumprir um programa estabelecido pela Comissão de Colóquio e orientado pelo Seminário. Em situações especiais, como exemplo, questões de saúde, o presidente da IELB poderá conceder licenciamento por tempo determinado.
- 09) Incluir, na forma de diaconias, função auxiliar ao ministério pastoral, além dos professores sinodais, diáconos ou diaconisas, formados em educandário oficial da IELB, pastores formados sem chamado regular e membros nomeados pelas congregações.

### **Encaminhamentos:**

Se aprovado este texto, o presidente e a diretoria nacional devem identificar todas as situações de pastores da IELB nestas condições, de licenciados, encaminhando solução definitiva em até dois anos.

Após estudo e aprovação da moção, solicitamos o encaminhamento à CJ da IELB, para as devidas adequações no regimento.

CTRE – IELB

Novembro de 2017